

Começa hoje em Washington a renegociação para 85

BRASÍLIA — Enquanto em Los Angeles atletas já correm e suam, em Washington o Brasil inicia esta semana uma olimpíada particular: o Ministro do Planejamento, Delfim Netto, e o Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, dão o tiro de partida para acertar as contas externas do País no próximo ano.

O Governo vai precisar de US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões de recursos novos (o chamado *new money*) para fechar o balanço de pagamentos em 1985. Delfim e Pastore, em negociações certamente trabalhosas, se reúnem a partir de hoje com a Diretoria do Banco Mundial (Bird) para tentarem fechar uma operação de vulto — um empréstimo de US\$ 2 bilhões a US\$ 2,5 bilhões, parte do Bird, parte de bancos privados internacionais.

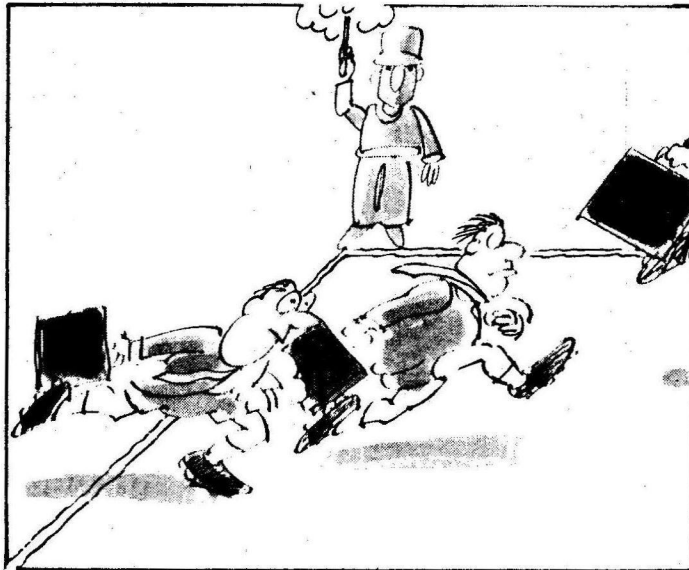
A importância que o Governo está conferindo a esta operação pode ser medida por duas claras constatações. A primeira é de que o tamanho do empréstimo significa a metade dos recursos novos de que o Brasil necessita em 1985 — parcela que pode vir a ser obtida numa só operação.

Outra constatação é o tamanho do *staff* brasileiro que desembarcou em Washington: Além de Delfim e Pastore, integram a missão, entre os funcionários graduados, José Botafogo Gonçalves, Nelson Mortada, José Milton Dallari, José Arantes Savazini e João Batista de Abreu, do Ministério do Planejamento; e José Carlos Madeira Serrano, Silvio Rodrigues e Carlos Eduardo de Freitas, do Banco Central.

A olimpíada particular que o Brasil começa a disputar, a partir desta equipe, não se resumirá aos gabinetes confortáveis de Washington — onde serão percorridos, além dos escritórios do Banco Mundial, o do Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosiére, e do Departamento do Tesouro americano.

A corrida para 1985 também se estenderá a Nova York, onde Pastore, nesta quinta-feira, conversa com o Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira, chefiado por William Rhodes, do Citibank.

● Argentina pagará, hoje ou amanhã, os US\$ 50 milhões que deve ao Brasil, anunciou ontem em Buenos Aires, o Ministro da Economia, Bernardo Grinspún. Essa dívida, faz parte do socorro que o Brasil prestou à Argentina, junto com o México, Venezuela e a Colômbia, no dia 31 de março passado, no valor total de US\$ 300 milhões.



I

Bird, uma peça fundamental na estratégia brasileira

BRASÍLIA — O co-financiamento Banco Mundial/bancos privados que o Ministro do Planejamento começa a negociar a partir de hoje destina-se às exportações, mas sua importância transcende os fins para os quais será usado. Com o empréstimo, o Governo brasileiro pretende inaugurar uma nova estratégia na obtenção do *new money* para fechar o balanço de pagamentos, abandonando os empréstimos-jumbo, de difícil e desgastante operacionalidade, por envolver recursos volumosos e grande número de emprestadores.

O plano é acoplar os bancos credores aos créditos do Banco Mundial, "vendendo" às instituições privadas a certeza de que os empreendimentos financiados pelo Bird são antes rigorosamente analisados e proporcionam, portanto, retorno seguro, assegurando rentabilidade suficiente para que se pague sem sobressaltos o dinheiro aplicado.

Este plano explica, em parte, a presença, na delegação

brasileira, do Secretário Especial de Abastecimento e Preços, José Milton Dalari, e do Secretário de Controle das Empresas Estatais, Nelson Mortada. Ambos têm em seu poder toda a radiografia das estatais, tradicionais clientes do Bird — o primeiro, na área de preços, o outro na área de finanças, endividamento, produção.

A idéia a ser discutida em Washington é usar o co-financiamento nas exportações de manufaturados, incluindo aí vendas externas pelo sistema de *draw-back* (importação de matéria-prima para exportação do produto acabado). Os empreendimentos a serem beneficiados com o empréstimo só serão detalhados após a aprovação da operação.

O co-financiamento tem uma outra boa vantagem para o Brasil, além de eliminar a necessidade de empréstimos-jumbo: o Bird cobrirá eventuais alterações nas taxas dos juros, cobrando a diferença no fim do prazo do empréstimo.



II

Total da primeira parcela depende de acerto com FMI

BRASÍLIA — Serão US\$ 2 bilhões ou US\$ 2,5 bilhões? O volume exato do co-financiamento Banco Mundial/Bancos privados vai depender de uma previsível longa conversa que o Ministro do Planejamento, Delfim Netto, terá com o Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional, (FMI) Jacques de Larosiére.

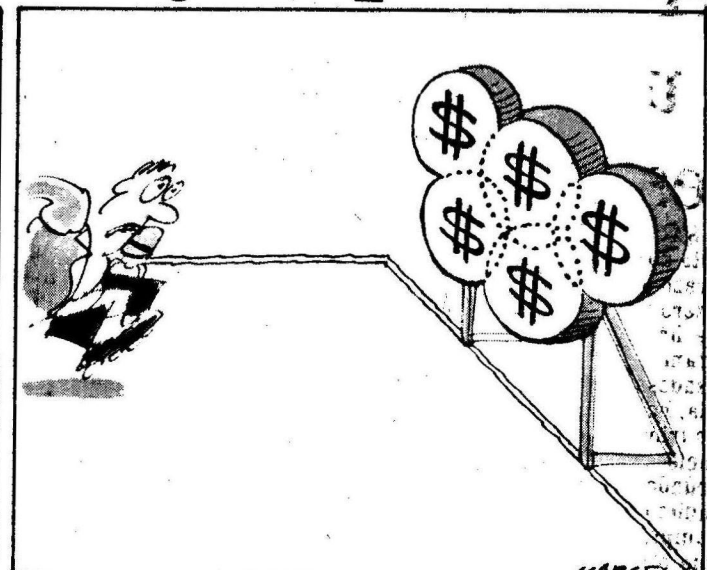
Delfim não vai a Larosiére discutir somente a estratégia da política econômica brasileira para este segundo semestre. Pretende também negociar com o Diretor-Gerente do FMI "um espaço" na política monetária para permitir o ingresso, no País, ainda este ano, de parte do co-financiamento.

Segundo explicações de técnicos do Ministério do Planejamento, o co-financiamento tem que ser analisado com o FMI porque o ingresso em dólares no País de uma parcela do empréstimo implica em nova revisão das metas de ex-

pansão da base monetária (emissão primária de moeda), pois a transformação destes dólares em cruzeiros pressiona a base.

A meta de crescimento da base e dos meios de pagamento (dinheiro em poder do público mais depósitos à vista nos bancos) já teria de ser revista de qualquer forma, tendo em vista que, diante do comportamento da inflação, ninguém mais dentro do Governo, acredita na previsão inicial de uma elevação em 50 por cento, este ano, nos dois parâmetros.

O que o Ministro do Planejamento irá dizer a Larosiére conforme antecipam seus assessores, é que é inevitável uma revisão que não só inclua a adaptação à nova realidade inflacionária — 93,7 por cento nos primeiros oito meses do ano — como também contemple a perspectiva do ingresso em dólares de uma parcela do empréstimo do Banco Mundial e dos bancos privados.



III

Pastore vai mostrar bom desempenho aos credores

BRASÍLIA — "É uma reunião de caráter bastante preliminar, servindo apenas para uma troca de idéias". E assim que o Diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, está avaliando a conversa, nesta quinta-feira, do Presidente do banco, Affonso Pastore, com o Comitê de Assessoramento da Dívida Brasileira — a primeira do ano.

O Presidente do Banco Central, mesmo diante do comportamento adverso, no primeiro semestre, da inflação, da base monetária (crescimento de 32,3 por cento, contra previsão de 13,5 por cento) e dos meios de pagamento (expansão de 38 por cento, contra meta de 15 por cento), tem boas notícias a dar aos credores.

Os integrantes do Comitê de Assessoramento da Dívida Brasileira certamente ficarão satisfeitos ao tomarem conhecimento de que um dos princi-

pais critérios de performance com o Fundo Monetário Internacional, o déficit público nominal (dívidas públicas atualizadas pela correção monetária é pela cambial), fixado abaixo dos Cr\$ 23,5 trilhões, acertados com o FMI — mesmo às custas de retardamento nas liberações de recursos do orçamento fiscal aos órgãos públicos, como se informaram tramuros no Governo.

O Presidente do Banco Central comunicará ainda aos bancos credores que foram revistas, igualmente, outras estimativas no front externo: dirá ele ser possível o País chegar ao final do ano com US\$ 6 bilhões em caixa, contra uma previsão inicial de US\$ 4,5 bilhões, enquanto o déficit em transações correntes do balanço de pagamentos deve ser reduzido a US\$ 3 bilhões, em vez dos US\$ 5,5 bilhões inicialmente projetados. E o superávit comercial deve ficar entre US\$ 11,5 bilhões e US\$ 12 bilhões.